



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO DE TRABALHADORES JOVENS E ADULTOS: principais dificuldades

SILVA, Maria Carla de Oliveira¹

PENA, Selma Costa²

RESUMO

Sabe-se que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da Educação Básica assegurada pelo governo nas escolas da rede pública, estadual e municipal, que se fundamenta na garantia de direito dos cidadãos que, por algum motivo, não concluíram a educação básica em idade apropriada (VARGAS; VARGAS; SANTOS, 2013). Tendo como base a informação de que na EJA são altos os índices de evasão escolar (INEP, 2022), torna-se necessário identificar quais fatores têm contribuído para tal situação. Sendo assim, quais seriam os empecilhos que fazem com que os alunos da EJA não consigam prosseguir em seus estudos? Nesse sentido, a presente pesquisa teve o objetivo geral de analisar as dificuldades enfrentadas por jovens e adultos que frequentam a modalidade EJA de ensino. No que tange à metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente ao tema com abordagem qualitativa, por meio da qual foi feito um levantamento a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Os resultados da pesquisa revelaram que, dentre as dificuldades enfrentadas pelos alunos trabalhadores que frequentam a EJA podem ser citadas a redução do tempo de aula (considerando os atrasos decorrentes das dificuldades de acesso que alguns estudantes têm em relação ao local da escola), dificuldade de acesso dos alunos que moram na zona rural às escolas que ofertam a EJA (situadas nos centros urbanos), cansaço, falta de conciliação entre trabalho e estudo, dificuldade das alunas em conciliar os afazeres domésticos e cuidados com os filhos à escola, machismo, entre outros fatores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos. Educação de Trabalhadores. Dificuldades de permanência. Evasão.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como público as pessoas que não concluíram ou não frequentaram o ensino regular em idade apropriada. A pesquisa

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará. E-mail: mc_carla21@hotmail.com

² Doutora em Educação, professora da Universidade Federal do Pará – orientadora do trabalho.

em questão tem o objetivo geral de identificar dificuldades enfrentadas por jovens e adultos que frequentam a modalidade EJA de ensino. Como objetivos específicos, se tem os seguintes: refletir sobre problemas relacionados à educação de jovens e adultos no país, delinear qual a situação atual da EJA no Brasil e traçar perfil e características dos estudantes trabalhadores da EJA.

Sabe-se que a evasão escolar ocorre no momento em que o aluno deixa de frequentar as aulas ao longo do ano letivo. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, percebem-se altos índices de evasão escolar. O Censo Escolar de 2020, por exemplo, apontou uma queda de matrículas de 8,3% na EJA em relação a 2019, o que remete a 270 mil alunos a menos nas salas de aula, o que ocorreu tanto na EJA de nível fundamental (-9,7% com a redução de 187,4 mil matrículas) quanto na de nível médio (-6,2% com a redução de 83,5 mil matrículas). Já no Censo Escolar de 2021 viu-se que a EJA perdeu 43.754 alunos, ou seja, embora o número não seja tão alto quanto o anterior, a evasão escolar ainda é uma realidade para essa modalidade de ensino (INEP, 2022).

Acredita-se que tal realidade possa estar relacionada a fatores externos e internos à escola, especialmente no que tange aos alunos que também trabalham e não apenas estudam (OLIVEIRA; EITERER, 2008). Sendo assim, nos vemos diante da seguinte problemática: atualmente, quais as principais dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros que estudam por meio da EJA?

O interesse em produzir uma pesquisa a respeito do tema surgiu principalmente a partir da visualização dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostrou que mais da metade da população brasileira com idade de 25 anos ou mais não concluiu a Educação Básica, o que corresponde a 69,5 milhões de adultos (51,2%). Na ocasião, verificou-se que 32,2% não concluiu o Ensino Fundamental e somente 8% completou o Ensino Fundamental, 4,5% tinham apenas o Ensino Médio incompleto e 6,4% não tinham nenhum grau de instrução (IBGE, 2022).

Portanto, acredita-se que seja um tema muito rico no que tange a possibilidades de discussões acadêmicas. E sabendo que muitos estudantes da EJA acabam desistindo de concluir seus estudos, julga-se extremamente necessário, do ponto de vista acadêmico, saber quais motivos estão corroborando a evasão. Desse modo, a realização de pesquisas como esta certamente surge como uma colaboração

bastante válida para a ciência e para a sociedade, no que se refere a reflexões atualizadas sobre o tema proposto.

Em relação à metodologia, realizou-se uma pesquisa bibliográfica referente ao tema, por meio da qual foi feita a busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES a partir das palavras-chave “Educação de Jovens e Adultos” e “dificuldades de permanência”, tendo como critério de seleção as pesquisas publicadas entre os anos de 2018 a 2022. Fez-se uso de abordagem qualitativa, a qual segundo Flick (2014) não estuda uma realidade determinada, mas é construída a partir de diversos pontos de vista.

Na perspectiva de Nicodemos (2013, p. 2), diferenciando da educação formal para crianças e adolescentes, na qual o elemento identificador consiste no conceito de ensino estruturado conforme a lógica etária, a EJA deve ser considerada uma etapa de ensino com especificidades, no que tange à sua definição legal, pedagógica e política, por meio qual existem os alunos trabalhadores, sendo estes indivíduos que trazem consigo uma gama peculiar de características sociais e culturais.

Para os trabalhadores, o ato de voltar a estudar representa uma possibilidade de melhorar sua condição de vida. Em outras palavras, simbolizaria uma transformação na vida desses indivíduos. Como salientado por Arroyo (2005), no âmbito das políticas educacionais, a ausência dessas pessoas é histórica e, em decorrência disso, requer uma análise muito profunda a seu respeito, considerando que, ao longo das épocas estes trabalhadores “são os mesmos, pobres, oprimidos, excluídos, vulneráveis, negros, das periferias e dos campos” (p. 33), portanto pertencem aos mesmos coletivos sociais e culturais.

Nessa perspectiva, como dito por Ribeiro (2001), a educação de adultos consiste em uma prática de caráter político, já que se pauta, na verdade, em corrigir ou solucionar uma situação de exclusão, que na maior parte das vezes está envolta em um quadro de marginalização muito maior. Levando em conta tal cenário, que certamente não compreende uma realidade fácil, este artigo tem a intenção de discutir as principais dificuldades que o aluno adulto encontra em meio à sua necessidade de trabalhar e, ao mesmo tempo, frequentar as aulas da EJA.

Sendo assim, o texto está organizado de forma a contemplar todos os tópicos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, portanto de início, são expostos aspectos históricos sobre a EJA no Brasil, em seguida, aborda-se a questão da EJA

na atualidade e, mais adiante, sobre o perfil e expectativas dos estudantes trabalhadores da EJA. Posteriormente, há a apresentação e análise dos dados, as considerações finais e as referências.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: aspectos históricos

Segundo Chagas (2020), a linha do tempo da EJA no Brasil é bastante complexa, já que também se depara com a linha geral constituída no decorrer da formação da educação brasileira. Desse modo, é preciso lembrar a educação desde o período colonial, quando os jesuítas apoiados em objetivos missionários buscaram “educar” os indígenas nativos. Sendo assim, a grande maioria dos alunos que os jesuítas priorizaram eram adultos, já que seriam fundamentais para o desenvolvimento da formação da sociedade que se pretendia estabelecer no país.

Sendo assim, percebe-se que a EJA se faz presente no país desde o período colonial com a figura dos jesuítas, que tinham a intenção de propagar a fé católica mediante a realização do trabalho educativo, conforme citado por Strelhow (2010). Porém, com a chegada da família real e expulsão dos jesuítas por parte do Marquês de Pombal no século XVIII, a educação de adultos acabou sendo desprezada porque a responsabilidade pela educação ficou às margens do império (STRELHOW, 2010).

Por sua vez, a Constituição de 1824 (Imperial), que era inspirada no colonialismo inglês, previa como um dos direitos civis e políticos a gratuidade da instrução primária para todos as pessoas (SOUZA; SANTANA, 2010). Posteriormente, após uma década, por meio do Ato Adicional de 1834, a responsabilidade sobre a educação passou para as províncias, tendo como tarefa a educação de todos, enquanto o Império se responsabilizaria pela educação superior. Em decorrência de dificuldades financeiras das províncias, a lei acabou não sendo cumprida e, por isso, a educação continuou acessível para poucas pessoas e menos ainda para os jovens e adultos, o que se converteu em um exemplo de distanciamento entre o direito legal e a garantia de acesso (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Outros momentos marcantes sobre a educação de jovens e adultos no Brasil foram especificados por Pereira e Buffa (2014), os quais citaram a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, que caracterizava o analfabeto como um indivíduo dependente

e incompetente, e a Lei Saraiva de 1881, que restringia o voto aos alfabetizados, tornando-se nítida essa exclusão das pessoas não alfabetizadas, o que veio a se tornar mais intenso em 24 de fevereiro de 1891, com a primeira Constituição Republicana, que privilegiava os interesses da elite agrária do país. Sendo assim, grande parte da população permanecia fora das decisões políticas.

Com a fundação da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, no ano de 1915, os debates acerca da educação para todos começaram a ser intensificados. Anos depois, com a Constituição de 1934, defendia-se um ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos. Todavia, vale lembrar que, de início, o governo se dedicou a uma reforma do ensino secundário e superior e deu prioridade ao ensino das elites. Já na época do Estado Novo (1937-1945), “foram tímidas as iniciativas educacionais voltadas para adultos” (VARGAS; VARGAS; SANTOS, 2013, p. 39).

Como citado por Sousa *et al.* (2018), entre as décadas de 1950 e 1960, Paulo Freire criou um método pioneiro de educação de adultos, que tornava possível a plena alfabetização em menos de cinquenta horas de estudos. Este método não era meramente técnico, já que seu fundamento era político: formar cidadãos críticos de sua realidade, conscientes da opressão que sofriam e, acima de tudo, em condições de deixar sua situação de oprimidos (SOUSA *et al.*, 2018). Os autores (2018) expõem que o auge desse trabalho ocorreu no governo do presidente João Goulart (de 1961 a 1964) momento em que se visava a erradicação do analfabetismo por todo o Brasil. Porém, no ano de 1964 com o Golpe Militar que instituiu uma ditadura no país (que duraria por 21 anos), Goulart foi deposto e Paulo Freire acabou sendo exilado (SOUSA *et al.*, 2018).

Vale aqui apontar uma das principais contribuições de Freire (1979), acerca da alfabetização de jovens e adultos, a qual ele defendia a necessidade de ocorrer dentro de um contexto cultural, visualizando o estudante como sujeito construtor da aprendizagem, devendo ser respeitado e inserido em diálogos constantes, de modo a desenvolver a reflexão crítica.

Em 1967, como iniciativa do governo militar referente à necessidade de erradicar o analfabetismo, surgia o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), ensino supletivo, mediante a Lei nº5.379 de 15/12/1967, configurando-se como um dos mais extensos e complexos programas de educação para adultos já posto em

prática no país (PRADO; QUILLICI NETO, 2019). Segundo Haddad e Di Pierro (2000), o MOBREAL foi criticado por conta do pouco tempo voltado para a alfabetização e pelos critérios utilizados para verificação de aprendizagem.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ATUALIDADE

Após o regime militar, houve um fato de grande importância para educação. Como descrito por Souza e Santana (2010), a Constituição Federal (CF) de 1988 instituiu o direito à educação enquanto direito social de todos e dever do Estado e da família precisando, portanto, ser promovida e incentivada com a ajuda da sociedade, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento do indivíduo, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação em relação ao trabalho. Assim, visando um sistema democrático, previa-se no art. 205 da CF os seguintes objetivos da educação: desenvolvimento da pessoa, preparo da pessoa para o exercício da cidadania e qualificação da pessoa para o trabalho (BRASIL, 1988).

Dessa maneira, conforme Vargas, Vargas e Santos (2013), a CF de 1988 estendeu o direito à educação aos indivíduos que não frequentaram ou não concluíram o Ensino Fundamental. Mais adiante, no ano de 1990, embora fosse o Ano Internacional da Alfabetização e da Constituição de 1988, o governo de Fernando Collor extinguiu a Fundação Educar, a qual realizava a supervisão e acompanhamento das instituições que recebiam verbas para executar os programas de educação e não criou nenhuma outra para substituí-la. Então, como o governo federal estava sem uma política nacional de alfabetização, os municípios se responsabilizaram pela oferta de educação para jovens e adultos. Nesse momento, surgiu inclusive o Movimento de Alfabetização (MOVA), que buscava envolver o poder público e a sociedade civil, em uma espécie de administração popular (VARGAS; VARGAS; SANTOS, 2013).

De acordo com Prado e Abreu Júnior (2020), ainda em 1990 a Declaração Mundial sobre Educação para Todos defendeu oficialmente o princípio de uma educação de qualidade a ser assegurada como um direito, dando ênfase na importância de garantir o acesso e a permanência de todos os indivíduos na escola. Assim, os autores (2020) explicam que houve a criação de políticas de correção de fluxo, o que colaborou para a universalização do ensino fundamental, expandindo o sistema escolar. Dessa forma, as políticas de correção de fluxo cooperaram que os jovens permanecessem na escola, entretanto não tiveram impactos consideráveis no

que tange ao desempenho escolar (PRADO; ABREU JÚNIOR, 2020). Por isso, os autores (2020) afirmam que o sistema escolar foi ampliado, mas manteve ainda as pessoas de classes menos favorecidas às “margens”, momento em que se gerou uma demanda potencial para a EJA.

Em 1994, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, houve a realização de projetos como redefinição dos currículos, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), o estabelecimento de um Conselho Nacional de Educação, projeção de políticas avaliativas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (Provão) (DALLAGNOL, 2014), além da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que estava ligada aos princípios da Constituição de 1988, sendo conhecida como a Lei 9394/96. Mais recentemente, o que recebeu mais destaque no que tange à educação de jovens e adultos no Brasil foi o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2002 no governo de Luís Inácio Lula da Silva (CHAGAS, 2020). Santos (2014) explica que o PBA surgiu com o propósito de alfabetizar jovens (a partir de 15 anos de idade), adultos e idosos em todo território nacional, o que deveria ser feito em decorrência da grande taxa de analfabetismo do país.

Como observado por Chagas (2020), a partir de então, uma série de programas surgiram com a intenção de inserir jovens e adultos na escola básica, dentre os quais se destacaram o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Nacional de Inclusão de jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM) e o Plano Nacional de Qualificação (PNQ). Porém, apesar de todas estas iniciativas, a taxa de analfabetismo continuava alta. Segundo Salomon (2011), ao longo os dois mandatos do governo Lula, no período de vida do Brasil Alfabetizado, a taxa caiu somente 0,9%, de acordo com o Pnad, onde se viu que em 2004, o total de analfabetos era de 15,6 milhões e, posteriormente, o registro passou a ser de 13,9 milhões de analfabetos. Contudo, nota-se que muitos brasileiros tiveram chances verdadeiras de serem alfabetizados, mas não conseguiram prosseguir em seus estudos por diversos motivos.

Cabe também enfatizar que o município possui uma autonomia em relação à organização dos cursos da EJA, haja vista seu maior conhecimento acerca da realidade local, tanto em relação ao perfil dos alunos, como a aspectos específicos da

comunidade onde a escola está inserida. Tal autonomia está prescrita na LDBEN, e em seus artigos 12,13,14 e 15, situando-a não somente como diretriz, mas como mandamento. Portanto, esta autonomia se alinha à proposta pedagógica ao estabelecer entre as incumbências da escola a sua elaboração e execução, obedecendo as normas comuns e as próprias do sistema de ensino (SEDU, 2008).

Como observado por Ratier (2021), a EJA é uma modalidade com problemas históricos e a oferta insuficiente é um dos mais conhecidos, tanto que no Brasil o público potencial para a EJA corresponde a 88 milhões de indivíduos e, no entanto, há somente 3 milhões de vagas disponíveis. O autor (2021) complementa ainda dizendo que, para esta modalidade de ensino, há muitos direitos previstos na Constituição, porém acabam sendo desrespeitados. Dessa forma, os alunos costumam ter carência de material didático, dinheiro para transporte, alimentação e assistência à saúde (RATIER, 2021).

Além disso, outro agravante desse cenário mais recente se deu por conta da pandemia, onde devido à necessidade de fechamento das escolas, os alunos passaram a ter o ensino remoto como opção para não interromperem os estudos, porém sabe-se que muitos não têm acesso à internet e nem equipamentos necessários para acessá-la. Assim, tornou-se evidente a necessidade de inclusão digital de populações mais vulneráveis, tais como o público participante da EJA (RATIER, 2021).

ESTUDANTES TRABALHADORES DO EJA: perfil e expectativas

Segundo Tristoni e Kölln (2014), em comparação ao ensino regular, a EJA atende um número reduzido de pessoas, os quais geralmente são trabalhadores que, por algum motivo, tiveram o ensino interrompido ou, em alguns casos, nunca foram escolarizados. Todavia, apesar de sua situação, não é possível dizer que esses alunos não têm uma visão acerca da escola ou expectativas sobre o ensino e tudo o que podem alcançar por meio dele (TRISTONI; KÖLLN, 2014).

Nesse sentido, a maior parte dos estudantes que frequentam a EJA não teve acesso a escola durante a infância, o que é motivado por uma infinidade de razões a partir das quais se viram obrigados a desempenhar outras atividades (TRISTONI; KÖLLN, 2014). Dessa forma, muitos procuram a escola para compensar a referida ausência, levando em conta que os alunos da EJA “percebem isso como uma

necessidade e também como a chance de reparar o que eles parecem enxergar como uma lacuna em sua formação” (TRISTONI; KÖLLN, 2014, p. 5).

Sá (2014) comenta que a dupla rotina dos alunos ingressantes na EJA é algo bem corriqueiro porque a necessidade de trabalhar para poderem se manter é constante em sua trajetória, porém a opção de estudar é uma maneira que esses estudantes consideram que pode propiciar uma melhora na em sua condição social. Na visão de Oliveira (1999), o adulto que frequenta a EJA é geralmente o migrante que chega às grandes cidades vindo de áreas rurais empobrecidas, filho de trabalhadores rurais sem qualificação e com baixo nível de escolaridade (em muitas vezes, analfabetos), sendo ele um indivíduo com breve passagem pela escola e trabalhando em ocupações não qualificadas nos centros urbanos, após ter trabalhado durante a infância e na adolescência na zona rural. Desse modo, ele procura a escola tardiamente para poder ser alfabetizado ou cursar algumas séries no âmbito do ensino supletivo (OLIVEIRA, 1999).

Em termos estatísticos, no contexto atual, Ratier (2021) expõe em relação ao perfil característico dos estudantes da EJA, segundo os dados do Censo Escolar de 2019, que os alunos pretos e pardos correspondem a 75,8% na EJA Fundamental e 67,8% no Médio. No que se refere ao sexo, predominam os homens na faixa de 30 anos ou menos (57,1%), ao passo que as mulheres representam o índice de 58,6% das matrículas com mais de 30 anos.

No geral, a expectativa dos estudantes da EJA no que se refere à educação é de que esta poderá fazer com que tanto eles quanto o seu trabalho obtenham uma maior valorização econômica e social. Dessa forma, estando consciente de tal expectativa por parte dos alunos e buscando lidar verdadeiramente com a referida visão, os professores acabam sendo inseridos em uma importante relação de compromisso da prática docente com a realidade destes estudantes (TRISTONI; KÖLLN, 2014).

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com a intenção de responder aos anseios da pesquisa, foi consultado o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES³ de modo que se pudesse efetivar um

³ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

levantamento das pesquisas que abordaram o tema aqui discutido. Para realizar a pesquisa na referida plataforma, foram utilizadas como palavras-chave: “Educação de Jovens e Adultos” e “dificuldades de permanência”. A seguir, a pesquisa foi filtrada nos seguintes itens: a) mestrado e doutorado; b) ano de 2018 a 2022; c) educação, o que culminou com a obtenção de 167 pesquisas, sendo 109 dissertações de mestrado e 58 teses de doutoramento.

Mediante a leitura do título, resumo e das palavras-chave das 167 pesquisas, chegamos ao número de cinco pesquisas que citam, de fato, dificuldades enfrentadas pelos alunos na modalidade EJA de ensino (as quais são o foco desta pesquisa), sendo três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado. A seguir, pode ser visto um quadro com informações sobre as pesquisas selecionadas para a análise:

Quadro nº 1: Demonstrativo dos trabalhos de teses e dissertações sobre dificuldades dos alunos da EJA

Autor	Título	Tipo	Ano	Instituição	Método	Resultados
Paula Gonçalves Rezende dos Santos	A visão do aluno da modalidade EJA integrada à educação profissional sobre seus processos de ensino e aprendizagem	Dissertação	2018	Universidade Federal de Goiás	Abordagem qualitativa e análise de entrevistas	Os alunos têm como dificuldades aspectos relacionados a questões sociais, fome, desemprego, violência e falta de acesso a direitos básicos
Vivian Leamari Magalhães Bezerra	Narrativas das histórias de vida da evasão escolar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA	Dissertação	2019	Universidade Tuiuti do Paraná	Abordagem qualitativa e análise de entrevistas	Os alunos relataram empecilhos como entrada precoce no mercado de trabalho, exclusão

						social, perfil distinto em relação aos alunos do ensino regular, preconceito, condições precárias e dificuldades financeiras
Maria Carolina Terra Heberlein	A constituição discursiva da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal de Goiás a partir das representações de professores de línguas estrangeiras, alunos, coordenadores e documentos institucionais	Tese	2020	Universidade Federal de Goiás	Estudo de caso de cunho qualitativo com uso de entrevistas, produção narrativa, análise de documento, questionário	As dificuldades notadas foram atrasos dos alunos por conta do trabalho e rotina em casa, cansaço e más condições financeiras,
Fernanda Afonso Bernardes	A Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Ladário Teixeira: concepção histórica, gênese, vivências e experiências (2005 a 2015)	Tese	2022	Universidade Federal de Uberlândia	Pesquisa histórico-educacional e análise documental	A maior barreira dos alunos consiste em conciliar estudo, trabalho, afazeres de casa e família
Marco Antônio	Educação de Jovens e Adultos em	Dissertação	2022	Universidade Tuiuti do Paraná	Análise documental	A dificuldade

Ribeiro Merlin	municípios da região metropolitana de Curitiba: estudo a partir do Plano Nacional de Educação 13005/2024 e planos municipais					dos alunos da EJA se devem ao acesso complicado ao centro urbano (se tratando de estudantes que moram na zona rural) e demais empecilhos referentes à sua trajetória de vida
----------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Na dissertação de Santos (2018), nota-se que o perfil dos alunos participantes da pesquisa (constituído por 10 do sexo feminino e 04 do sexo masculino) era bem diversificado, incluindo desde jovens até adultos com mais de 50 anos de idade. A autora pôde notar que a presença dessas pessoas na escola está maciçamente associada à uma busca por qualificação profissional, ou seja, os alunos procuram a escola para retomar seus estudos pela por almejam melhores condições de trabalho mediante a conclusão do curso. Apesar da faixa etária e vivências distintas, a questão da dificuldade em terminar os estudos no tempo e idade regulares acaba unindo este público, não acostumando, portanto, a terem conflitos entre si.

Como dificuldades enfrentadas por alunos da EJA, Santos (2018) cita alguns como a vulnerabilidade social, privação de direitos básicos, desemprego, violências sofridas ao longo da vida, fome e exclusão social reforçam a dificuldade de acesso à escolarização de jovens e adultos. Esses estudantes também costumam ter jornadas de trabalho extremamente cansativas e sem direitos trabalhistas em completa desproteção, o que se torna um grande empecilho para sua permanência na escola.

Tal situação, como informado pela autora, evidencia a questão da imposição do trabalho em detrimento dos estudos, onde o cansaço físico e mental impede que a

pessoa apresente um bom aproveitamento em outras atividades. Para o indivíduo que foi privado do acesso à educação regular no tempo definido como “devido”, voltar para a escola visando uma qualificação profissional representa uma nova chance e mais oportunidades, tendo em vista que no âmbito “da lógica de exploração do capital, ter um diploma ou uma qualificação se configura como sinônimo de status, e como ilusão da garantia de empregabilidade” (SANTOS, 2018, p. 55).

Já na pesquisa de Bezerra (2019), a autora realizou um estudo qualitativo com 10 estudantes de uma turma do EJA, o que envolveu a realização de uma entrevista narrativa onde compartilharam suas histórias de vida e na escola. Assim, a pesquisadora se deparou com relatos de dificuldades financeiras e privações, que fizeram com que esses estudantes excluídos da escola precisassem entrar precocemente no mercado do trabalho precário. Suas trajetórias de vida se mostraram permeadas por privações, sofrimentos, perdas de vínculos familiares e sentimento de exclusão social. Por esse motivo, a autora considerou a afetividade como uma dimensão de suma importância no estabelecimento de relações educacionais com esses alunos, favorecendo a construção da sensação de pertencimento e integração do estudante à comunidade e também fortalecendo o propósito de prosseguir na vida escolar.

Bezerra (2019) enfatizou ainda que o aluno da EJA tem um perfil muito distinto dos estudantes do ensino regular, pois cada aluno tem uma bagagem e história de vida escolar, normalmente se tratando de trabalhadores maiores de 15 anos e, principalmente, acima de 30 anos, que passam por uma série de dilemas sociais, adversidades, perdas, conflitos e problemas familiares que influenciaram em sua trajetória escolar, sendo muito comum observar hoje nessa modalidade de ensino a presença de moças e rapazes que permaneceram na escola, porém tiveram uma trajetória de estudos marcada por reprovações e desistências.

Na entrevista os estudantes afirmaram se sentir socialmente excluídos por conta de suas condições financeiras e com marcas de preconceitos, o que acaba sendo um resultado da experiência de vida que fizeram com que esses alunos não pudessem continuar estudando quando tinham a faixa etária considerada adequada. Assim, essas pessoas chegam ao EJA marcadas por muitos sofrimentos e traumas e tendo ainda que se deparar com as dificuldades da própria escola, tais como condições precárias, falta de infraestrutura, falta de capacitação dos professores, etc.

Isso prejudica potencialmente a motivação dos alunos e é um fator determinante para a evasão escolar (BEZERRA, 2019).

Por sua vez, na tese de Heberlein (2020), que contou com a participação de 52 alunos da modalidade EJA do Instituto Federal de Goiás, houve aplicação de questionários. De início, a autora conseguiu perceber de imediato uma das dificuldades desses alunos: os atrasos para chegarem às salas de aula. Além disso, percebeu-se também a falta de muitos, o que normalmente se deve à jornada de trabalho que esses alunos cumprem e tentam conciliar com a rotina escolar.

Sobre o perfil dos alunos da EJA, Heberlein (2020) informa que estes provêm de uma complexa realidade socioeconômica que impacta suas vidas pessoal, profissional e escolar. Os alunos-trabalhadores, por exemplo, também se encontram em situação de vulnerabilidade social, pois ocupam funções em subempregos, sem chance alguma de crescimento profissional. Muitos estudantes, inclusive, enfrentam uma tripla jornada (trabalho, cuidados com a família e estudo) e, com isso, o cansaço prejudica o rendimento desses alunos em todas as esferas. Alguns faltam a aula por não terem com quem deixar os filhos ou por precisarem resolver alguma demanda de última hora do trabalho. As escassas condições econômicas desses alunos também acarretam dificuldades, pois vão para a escola logo após o trabalho e ficam sem tempo para ir em casa e comer e não têm dinheiro para comprar lanche na escola, não conseguem comprar os materiais escolares, não têm acesso à transporte, etc.

A autora ressalta que, em meio a tantos desafios, as alunas de EJA são as mais prejudicadas porque normalmente são responsáveis por cuidar dos filhos e da casa, inclusive quando também trabalham fora. Há uma dificuldade então relacionada à estrutura machista da sociedade, onde mulheres não conseguem frequentar a escola por fatores como ciúmes dos cônjuges ou por estes considerarem que mulher precisa ficar em casa, dentre outros motivos. Sendo assim, se nota “que uma forte exclusão social permeia toda essa imbricada teia de vulnerabilidade social” (HEBERLEIN, 2020, p. 60).

Em sua tese de doutorado, Bernardes (2022) se propôs a realizar por meio de pesquisa documental, uma busca histórico-educacional sobre a concepção histórica, gênese, vivência e experiência de Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Ladário Teixeira, entre os anos de 2005 a 2015, em Uberlândia-MG. Sendo assim, a autora (2022) observou por parte desses alunos alguns empecilhos que

levam à evasão escolar, tais como a dificuldade em conciliar estudo e trabalho e, no caso das mulheres, em continuar com os afazeres de casa e dos filhos e ter que ir para a escola, o que causava grande desmotivação nos estudantes e consequente evasão.

A autora identificou como principal motivo para os jovens e adultos abandonarem os estudos a necessidade de trabalhar, pois é muito cansativo sair do trabalho e ir direto para a escola, por isso se torna necessário pensar em possibilidades para ajudar os alunos da EJA a permanecerem matriculados até concluírem seus estudos, o que poderia ocorrer mediante o desenvolvimento de projetos, palestras com profissionais especializados, leituras de textos que façam os alunos refletirem acerca da importância dos estudos para a formação pessoal e profissional (BERNARDES, 2022). Acrescido a isso, algumas medidas simples, como servir o lanche no início das aulas, na chegada dos estudantes, também contribuiria para sua continuidade na escola já que muitos, como mostraram as pesquisas, saem do trabalho direto para a escola e sem tempo ou dinheiro para fazer qualquer tipo de refeição antes de chegar em sala de aula.

Em sua dissertação de mestrado, Merlin (2022) analisou a EJA tanto no contexto do PNE (2014 – 2024), como nos Planos Municipais de Educação da Região Metropolitana de Curitiba. Para tanto, o autor (2022) realizou um estudo documental de resoluções do município com vínculo direto com a EJA, de relatórios do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com índices de escolaridade e as matrículas na EJA.

Por meio dos dados obtidos, o autor citou algumas dificuldades notadas nos estudantes da EJA, como a relacionada ao acesso da comunidade rural à escola localizada no centro urbano, que acabava provocando desistência. Isso lhe permitiu a observação de que estes alunos apresentam uma bagagem de vida que se reflete na aprendizagem escolar, o que reforça a necessidade de elaboração de políticas públicas que beneficiem estas pessoas, de modo que possam ter condições de continuarem seus estudos sem maiores barreiras (MERLIN, 2022).

Dessa forma, o aluno da modalidade EJA apresenta um ritmo de vida bastante diferente do aluno da educação básica porque além de estudar tem várias outras responsabilidades como trabalho, família e etc. Especificamente no caso das mulheres, ainda é uma realidade a proibição dos familiares, que acaba impedindo o

avanço dos seus estudos e culmina até mesmo em sua desistência. Então percebe-se uma dificuldade ainda maior para as alunas da EJA, que devido ao machismo, “depois de casadas se vem impedidas de permanecer com seus estudos” (MERLIN, 2022, p. 96).

Nesse sentido, levando em consideração o número ainda muito reduzido de estudos encontrados sobre o tema no período de 2018 a 2022, que totaliza apenas cinco resultados que apresentavam dados úteis para atender ao objetivo da pesquisa, é incontestável a necessidade de ampliar o número de pesquisas acadêmicas sobre as dificuldades enfrentadas pelos alunos da EJA, principalmente no que tange aos estudantes que trabalham, tendo uma jornada ainda mais desgastante e, por vezes, desmotivadora.

Além disso, é preciso também ampliar as políticas públicas que, de fato, assegurem reais condições para que os alunos da EJA consigam permanecer na escola. Há incidência da referida necessidade porque, como visto no decorrer da pesquisa, a Lei voltada para a EJA existe no ordenamento jurídico do país, porém faltam ainda políticas públicas que culminem na materialização de tudo o que está previsto na legislação a respeito desta modalidade de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trabalhar a temática sobre a caracterização das principais dificuldades dos alunos da EJA na atualidade, a qual consistia no objetivo da pesquisa, foi possível, de fato, identificar os empecilhos enfrentados pelos jovens e adultos que frequentam a referida modalidade de ensino, como a dificuldade de acesso à escola, de conciliar estudo, trabalho, afazeres domésticos e familiares. Além disso, conseguiu-se acompanhar um breve histórico sobre a educação de jovens e adultos no Brasil, entender mais sobre a situação atual da EJA no país e traçar perfil e características dos estudantes trabalhadores. Nesse sentido, a pesquisa conseguiu atender ao que se propôs desde o início.

Dessa forma, a partir dos objetivos traçados, foi possível compreender quais fatores vêm contribuindo para a alta evasão escolar na EJA, que foi a indagação inicial mediante a elaboração da pesquisa. Além de todas as dificuldades citadas na apresentação e análise dos dados, momento em que houve a exposição dos resultados dos estudos selecionados, constata-se ainda como algo de grande

complexidade o fato de haver uma Lei que contemple a implementação da EJA no país, mas esta não estar conseguindo se estabelecer de forma plena por conta da falta de políticas públicas que garantam o devido funcionamento da referida modalidade de ensino na prática.

Estudar e trabalhar, como visto ao longo desta abordagem, não é uma tarefa nada fácil, demandando uma série de dificuldades para os alunos trabalhadores inseridos na EJA. Todos os empecilhos citados nos resultados podem resultar no abandono da escola e frustração quanto aos objetivos almejados por esses indivíduos, tais como a possibilidade de melhorar sua condição de vida por meio a conquista de um emprego melhor.

Verifica-se então que as políticas educacionais brasileiras ainda precisam melhorar bastante para que o acesso e permanência desse público à educação, considerada um direito básico, possa se dar de maneira menos complexa e sem maiores desgastes físicos e psicológicos no que se refere aos alunos da EJA.

Por fim, acredita-se que a realização da pesquisa colaborou para uma melhor compreensão do tema e maior reflexão sobre os pontos destacados na fundamentação teórica e acerca da real situação dos alunos adultos trabalhadores. É nítido que, ao tomar a atitude de entrar na escola ou retornar a ela, esses estudantes se esforçam para poder concluir seus estudos, porém de forma nenhuma é bom ou positivo romantizar essa trajetória tão cansativa, mas ao contrário, enquanto profissionais da Pedagogia, é preciso prezar sempre pela constante reflexão crítica sobre a problemática em questão. Por isso, espera-se que mais estudos sobre o assunto sejam desenvolvidos, de modo que as discussões atuais simbolizem uma mudança na realidade desses alunos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. B.; ASSIS, V. B. Apontamentos sobre o processo de alfabetização e letramento na EJA: relatos de alunos e professores. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 12, p. 140-157, 2020.

ARROYO, M. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BERNARDES, F. A. **A Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Professor Ladário Teixeira: concepção histórica, gênese, vivências e experiências (2005 a 2015).** 2022. 218 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

BEZERRA, V. L. M. **Narrativas das histórias de vida da evasão escolar dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA.** 2019. 81f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

CHAGAS, V. R. S. A EJA no Brasil: reflexões sobre seu histórico. **Anais VII CO-NEDU.** Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/67596> . Acesso em: 14 mar. 2022.

COLAÇO, K. T. N. R.; CRUZ, R. E. As políticas educacionais para Educação de Jovens e Adultos em Matões-MA. **Form@re - Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**, Teresina, v. 4, n. 1, p.180-184, jan./ jun. 2016.

DALLAGNOL, R. Discursos e ações acerca da qualidade da educação: o Governo Fernando Henrique Cardoso e a influência internacional. **Cadernos ANPAE**, Timbubá, v. 18. p. 1-16, 2014.

FLICK U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2014.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 108-130, ago. 2000.

HEBERLEIN, M. C. T. **A constituição discursiva da Educação de Jovens e Adultos no Instituto Federal de Goiás a partir das representações de professores de línguas estrangeiras, alunos, coordenadores e documentos institucionais.** 2020. 196f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>. Acesso em: 12 jun. 2022.

INEP. **Censo Escolar.** 2022. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/> Acesso em: 11 jun. 2022.

LANGARO, J. F. Cidade, trabalhadores e alfabetização: um estudo sobre alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Marechal Cândido Rondon – PR. **OPSIS**, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 219–237, 2016.

MERLIN, M. A. R. **Educação de Jovens e Adultos em municípios da Região Metropolitana de Curitiba**: estudo a partir do Plano Nacional de Educação e planos municipais. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2022.

MILÉO, I. S. O.; FREITAS, L. G. Alfabetização e letramento na EJA sob a ótica discente: problematizando as práticas escolares. **Nova Revista Amazônica**, v. 8, n. 3, p. 151-165, dez. 2020.

MIRANDA, F. M. S.; ARAÚJO, V. M. S. **Educação de jovens e adultos: desafios e motivações**. **Anais VI CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/60058>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NICODEMOS, A. Ensino de História na EJA: o legado da educação popular e os desafios docentes na formação do aluno jovem e adulto trabalhador. **Anais do XVII Simpósio Nacional de História**. ANPUH. Natal, 2013.

OLIVEIRA, M. K. . Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, n. 12, p. 59-73, set./dez.1999.

OLIVEIRA, P. C. S.; EITERER, C. L. “Evasão” Escolar de Estudantes Trabalhadores na EJA. In: SENEPT – Seminário Nacional de Educação profissional e tecnológica. 1., 2008. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: CEFET MG, 2008, p. 1-7. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo10.pdf. Acesso em: 05 jun. 2022.

PEREIRA, M.; BUFFA, E. Trajetórias de exclusão: um estudo sobre jovens e adultos em processo de alfabetização. **Revista HISTEDBR**, v. 14, n. 55, 2014.

PERTILE, A. M. **EJA**: como as peculiaridades desta modalidade de ensino são contempladas na proposta pedagógica e na formação dos professores? Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PRADO, H. W.; ABREU JÚNIOR, J. M. Reflexões sobre a prática docente o desafio da qualidade no PROEJA. **Horizontes**, v. 38, n. 1, p. 1-15, 2020.

PRADO, M. L.; QUILLICI NETO, A. Educação de jovens e adultos: um estudo acerca dos princípios políticos e pedagógicos que conduziram a proposta educacional do Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL (1967-1985). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 3, p. 817–832, 2019.

QUINTÃO, A. F. B. **A Geografia na educação de jovens e adultos trabalhadores em Mamanguape**: percurso histórico e práticas atuais. 2011. 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RATIER, R. Não é de hoje: EJA tem dificuldades históricas agravadas pela pandemia. **ECO A UOL**, 05 de abril de 2021. Disponível em:

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/rodrigo-ratier/2021/04/05/nao-e-de-hoje-eja-tem-dificuldades-historicas-agravadas-pela-pandemia.amp.htm> Acesso em: 25 fev. 2022.

RIBEIRO, V. M. M. **Educação para Jovens e Adultos: Ensino Fundamental - propostas curriculares para 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

SÁ, F. V. **Alunos da modalidade EJA: a dupla jornada e sua condição física e psicológica para os estudos. Anais I CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/6886> . Acesso em: 25 mar. 2022.

SALOMON, M. Com Lula, um país mais analfabeto! Com FHC, taxa caiu 3,6 pontos; com petista, apenas 0,9. **Revista Veja**, 17 de setembro de 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/com-lula-um-pais-mais-analfabeto-com-fhc-taxa-caiu-3-6-pontos-com-petista-apenas-0-9/> Acesso em: 10 jun. 2022.

SANTOS, A. C. D. B. **O Programa Brasil Alfabetizado e os desafios da formação docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

SANTOS, P. G. R. **A visão do aluno da modalidade EJA integrada à educação profissional sobre seus processos de ensino e aprendizagem**. 2018. 214f. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SEDU. **Caderno de Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos**. Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo: Vitória, 2008.

SOUSA, D. A. et al. **Educação de jovens e adultos: motivos do abandono e retorno escolar. Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/47063> . Acesso em: 22 mar. 2022.

SOUZA, M. C.; SANTANA, J. M. A. M. O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro. **Âmbito Jurídico**, 1 de março de 2010. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-direito-a-educacao-no-ordenamento-constitucional-brasileiro/> Acesso em: 11 fev. 2022.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **HISTEDBR**, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010.

TRISTONI, M. B. W.; KÖLLN, L. A. B. **Os alunos-trabalhadores no ensino de jovens e adultos: expectativas, sensibilidade e crítica**. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_unioeste_hist_artigo_marina_bernadete_woiciekoski_tristoni.pdf Acesso em: 20 abr. 2023.

VARGAS, F. F. G. R.; VARGAS, G. C. R.; SANTOS, R. C. G.; História da Educação de Adultos no Brasil (1549-1998). In: SANTOS, R. C. G. (Org.). **Lutas e conquistas da EJA**: discussões acerca da formação de professores em Educação de Jovens e Adultos. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2013. p. 31-48.



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC Nº 21/2023 - FACEDUCACA (11.32.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/09/2023 18:12)

SELMA COSTA PENA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
ICED (11.32)
Matrícula: ###161#3

(Assinado digitalmente em 03/09/2023 18:12)

MARIA CARLA DE OLIVEIRA SILVA
DISCENTE
Matrícula: 2016#####0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **21**, ano: **2023**, tipo:
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC, data de emissão: **03/09/2023** e o código de verificação:
14c06507f3